

A monumentalização de Manoel Luís Osório: a construção de uma memória militar nos últimos dias do governo do Marechal Floriano Peixoto (1887-1894)

Rodrigo Perez Oliveira*

Resumo:

Em 12 de novembro de 1894 foi inaugurado na Praça XV de Novembro, localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, um mausoléu em homenagem a Manoel Luís Osório, um dos grandes generais do Exército brasileiro durante o século XIX. Esse evento fez parte do calendário da semana de comemorações organizada pelo governo federal, na época presidido pelo marechal Floriano Peixoto, e destinada a compor o roteiro das atividades que marcou o término da “República das Espadas” e o início do governo do primeiro presidente civil da república brasileira, o paulista Prudente de Moraes. Meu principal objetivo nesse trabalho é analisar a forma pela qual os artífices desses rituais cívicos representaram Floriano Peixoto através do culto à memória de Osório.

Palavras-Chave: Jacobinismo militar, Monumentalização do passado, Exército brasileiro.

Abstract:

On November 12, 1894 was inaugurated at Praça XV de Novembro, located in central Rio de Janeiro, the Brazilian capital at the time, a mausoleum in honor of Manoel Luis Osorio, one of the great Generals of the federal army during the nineteenth century. This event was part of the schedule for the week of celebrations organized by the federal government, then headed by Marshal Floriano Peixoto, and intended to celebrate the end of the "Republic of Spades" and the beginning of the government's first civilian president of the Brazilian republic, the "Paulista" Prudente de Moraes. My main goal in this work is to analyze the way the architects of civic rituals represented Floriano Peixoto in worship to the memory of Osorio.

Keywords: *Military Jacobinism, Monumentalization past, Brazilian Army.*

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse artigo relaciona-se a pesquisa de mestrado que contou com o financiamento do CNPQ. rodrigo_historiaufrj@hotmail.com. Últimas publicações: OLIVEIRA, Rodrigo Perez. “Como devemos fazer para ser mais? O conflito entre as propostas rivais de organização institucional do exército brasileiro (1882-1888)”. *Revista UNIABEU Humanas e Tecnológicas*, Ano 2, n. 2, 2010; e _____. “A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888)”, *Ars História*. Revista de história, ano 1, n. 2, 2010.

“Viva, pois, a história; a volúvel história que dá para tudo.”

(Machado de Assis- *Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

Introdução

Uma grande festa foi realizada na manhã do dia 12 de novembro de 1894. Logo às 8 horas alguns soldados do Exército interditaram as ruas adjacentes à praça XV de Novembro,¹ localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro, que seria o palco do ritual cívico organizado pela Presidência da República brasileira, na época chefiada pelo marechal Floriano Peixoto, que estava nos últimos dias de seu mandato presidencial (1891-1894). Tratava-se da inauguração do mausoléu em homenagem a Manoel Luís Osório,² o marquês de Herval (1808-1879), que havia sido um dos principais líderes militares do Exército durante o século XIX. Minha proposta nesse artigo é analisar a memória construída a partir da inauguração desse monumento.

Todo o espaço da praça XV foi cercado e somente poderiam tomar parte dos festejos os convidados e as corporações devidamente munidas de seus respectivos estandartes. A inauguração do *pantheon* de Osório foi cuidadosamente organizada pelo governo de Floriano Peixoto e fez parte de uma semana de comemorações destinada a “celebrar” a transição do governo militar do marechal para o mandato do primeiro presidente civil da república brasileira, o paulista Prudente de Moraes.³ Um observador desavisado acreditaria que esse era um momento de conagração no qual a comunidade política brasileira festejava o começo de mais um mandato presidencial marcado para o dia em que a República completaria seu quinto aniversário. Entretanto, na qualidade de um observador arguto que mira o passado na posição confortável daquele que já sabe o desenlace dos acontecimentos estudados, percebo nessas festividades a atuação simbólica de um segmento do Exército que relutava em entregar a República, que havia sido proclamada por um golpe militar, às oligarquias civis

¹ Este logradouro chamou-se, inicialmente, Praça do Paço. Após a proclamação da República, foi rebatizada a Praça XV de Novembro e se tornou um dos lugares mais simbólicos para o novo regime.

² Ver DORATIOTO, Francisco. *General Osório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³ A imprensa fluminense da época deu grande destaque à semana de comemorações que marcou o término do mandato presidencial de Floriano Peixoto. As edições do jornal *O Paiz* publicadas entre 10 e 16 de novembro de 1894 oferecem valiosas informações a respeito dos rituais cívicos realizados no período.

representadas economicamente pelos cafeicultores paulistas e culturalmente pelos bacharéis formados na faculdade de direito de São Paulo.⁴

Meu principal interesse nesse artigo é pensar a historicidade de uma prática simbólica destinada a “re-presentar” uma experiência pretérita. É exatamente a noção de “historicidade” que está no cerne desse trabalho; a biografia de Osório foi rememorada, ou melhor, co-memorada, na última semana do governo do marechal Floriano Peixoto, sendo convertida em uma memória celebrada publicamente. A produção dessa narrativa relaciona-se diretamente com as disputas sociais e políticas que marcaram a transição do governo militar para o governo civil. Seguindo as indicações teóricas de Pierre Bourdieu, acredito ser importante perceber as determinações sociais e políticas que engendraram a ação simbólica em questão.⁵

O sociólogo francês assevera que os sistemas simbólicos não são auto-referenciais, mas dialogam com certa situação material da existência humana, leia-se: o jogo social no qual são elaborados. Ou seja, a cultura simbólica somente existe efetivamente sob a forma de um conjunto de significantes/significados de onde provém todo seu potencial de representação da realidade. Essa realidade simbólica, que os sistemas de produção simbólica representam e fazem parecer natural, possui relação direta com a organização política da sociedade que os produziu.

Bourdieu afirma que uma das principais características das formulações simbólicas é que elas representam a realidade com pequenos gastos de energia, ou seja, atuam em ocasiões nas quais sua ação é pouco sentida. É por isso que o autor chama atenção para a necessidade de buscar a atuação do poder simbólico onde ele menos se deixa perceber: nas situações, aparentemente, desprovidas de violência, nos momentos em que a tranquilidade e a harmonia parecem pautar a conduta dos agentes históricos, como acontece, por exemplo, nas ocasiões das festividades e das comemorações.⁶ Nesses momentos, quando todos parecem estar pacificados, o poder simbólico exerce sua ação de mobilizador e naturalizador de realidades simbólicas artificiais, tendenciosas e dotadas de historicidade. Cabe ao historiador decodificar o significado dessas manifestações semióticas, geralmente representadas através dos rituais coletivos

⁴ FREIRE, G. *Sobrados e Mocambos*. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

⁵ BOURDIEU, P. *O poder Simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

⁶ CATROGA, F. *A Memória, a História e a Historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001.

de culto ao passado, percebendo a lógica dos conflitos político/sociais que as fundamentam.⁷ É com essa abordagem teórica que pretendo analisar o problema da memória construída a partir da inauguração do monumento em homenagem a Osório.

É importante atentar para o fato de que a semana de comemorações da qual a inauguração do *pantheon* de Osório consistiu no principal evento foi realizada no momento em que a República brasileira passava por uma importante mudança: os militares estavam sendo desalojados do poder e a oligarquia paulista assenhoreava-se da República pela primeira vez. Prudente de Moraes já estava eleito desde 1º de março de 1894 e tinha vindo ao Rio de Janeiro para ser empossado no cargo.

Defendo, ou pretendo fazê-lo, a hipótese de que as festividades que marcaram a última semana do governo de Floriano Peixoto não foram, em nenhum aspecto, um conagraçamento destinado a celebrar o começo do mandato do novo chefe de Estado. Muito pelo contrário, as cerimônias públicas em questão tiveram o objetivo de rebaixar simbolicamente o novo presidente, que era caracterizado pela retórica político/simbólica jacobina como a metonímia dos políticos civis, considerados por algumas facções do oficialato do Exército moralmente inaptos para governar a República.⁸

Ou seja, o investimento simbólico feito pelo governo jacobino de Floriano Peixoto mobilizou o passado em função de um projeto de afirmação de uma identidade política para o Exército.⁹ O alto oficialato da corporação, representado na época pelo próprio presidente, não desejava mostrar o Exército como uma instituição a serviço do Estado, como um braço armado do governo federal, mas defini-lo como a única instituição moralmente capaz de governar a República. É nesse ambiente simbólico/político que desejo situar a inauguração do *pantheon* em homenagem a Manoel Luís Osório. O general foi caracterizado como a personificação das virtudes mais elevadas do militarismo, como o grande representante de um Exército defensor da

⁷ *Ibidem*.

⁸ REIS, Suely Robles. *Os radicais da República*. Brasília: Brasiliense, 1986. A autora conceitua como “jacobinos” o grupo de atores históricos, as classes populares urbanas cariocas, que serviu como base de apoio político ao governo de Floriano Peixoto. Inspirados no grupo homônimo protagonista da Revolução Francesa, os jacobinos brasileiros pautavam sua atuação política na agressividade e possuíam como grande fundamento identitário o anti-lusitanismo. A autora assevera que geralmente os clubes jacobinos eram liderados por militares de média patente.

⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. 4ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2007. O filósofo francês caracteriza os rituais cívicos de evocação do passado como elaborações discursivas capazes de fomentar identidades. O autor indica que as mobilizações da memória devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória.

pátria e disposto a lutar pelos interesses nacionais. Nesse sentido, a política simbólica jacobina re-apresentou Osório como o predecessor de Floriano Peixoto na posição de principal herói do Exército brasileiro. A forma como o jacobinismo pensava a política brasileira passava necessariamente pela apologia à atuação militar e política de Floriano Peixoto.¹⁰ O marechal era a chave de leitura para o presente, o principal responsável pela consolidação das instituições republicanas, para o futuro, como modelo de estadista enérgico e patriota no qual as futuras gerações de governantes deveriam ir buscar inspiração e, finalmente, para o passado. Esse último referencial é o que mais me interessa. A ritualização pública que originou a monumentalização de Osório determinou a aproximação entre as biografias de Osório e Peixoto. O primeiro foi identificado, teleologicamente, como o predecessor do segundo em termos de virtudes políticas, cívicas e militares.

Não posso deixar de pensar a peculiaridade inerente à narrativa utilizada pelos artífices do ritual cívico em questão na construção da memória jacobina da biografia de Manoel Luís Osório. Segundo Paul Ricoeur, a forma a partir da qual as memórias são narradas (historiografia, narrativa testemunhal, rituais cívicos) é de central importância para a compreensão dos regimes rememorativos subjacentes a essas formulações. O filósofo francês indica que, no plano mais profundo, o dos condicionamentos simbólicos de uma ação, a memória faz-se presente em um projeto de construção identitária por meio da função narrativa. A narratividade oferece ao discurso memorialístico o enredo a partir da qual será contada a história – não estamos tratando da história disciplinar – que se deseja canonizar como verdade única da realidade representada.¹¹ No caso da monumentalização de Osório, a narrativa escolhida foi a realização de um espetáculo cívico e popular caracterizado por pomposos desfiles militares. É claro que não se tratou de uma escolha ingênua. Se o espetáculo público foi a forma na qual a memória jacobina da biografia de Osório foi representada é porque tal narrativa consistia a base da ação político/simbólica do jacobinismo militar, que tinha como princípio fundamental “a mobilização das paixões populares, porque nelas está a verdadeira paixão do povo pela pátria”,¹² conforme as palavras de Aníbal Mascarenhas, editor e fundador do jornal *A Bomba*, o principal periódico jacobino em circulação na década de 1890. Ou seja,

¹⁰ REIS, Suely Robles. *Op. cit.*

¹¹ RICOEUR, Paul. *Op. cit.*

¹² *A Bomba*, Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1894, p. 2.

para o marechal Floriano Peixoto, político extremamente carismático que baseou seu governo nos constantes apelos às camadas populares urbanas cariocas, tanto para o apoio político às suas ações como para a participação militar, como foi o caso dos “batalhões patrióticos”, por ocasião da Revolta da Armada, a cerimônia pública consistia no principal veículo de comunicação com aqueles que foram a mais sólida base de apoio durante os três anos em que chefiou a República brasileira.¹³

A memória construída pela monumentalização de Osório foi um tipo de apropriação do passado, a tessitura de uma determinada memória da experiência pretérita. Segundo Fernando Catroga, a memória e a história, entendida como historiografia, são dois diferentes tipos de representação da ausência, inevitável, gerada pela passagem do tempo.¹⁴ Enquanto a primeira fundamenta a sua veracidade no apelo à emotividade do receptor, a segunda possui como condição *sine qua non* de existência o trato com a documentação e a construção de uma “operação escriturária”,¹⁵ baseada nos cânones da erudição e nos métodos científicos. Apesar de diferentes, segundo o autor português essas duas formas de anamnese também possuem diversos aspectos em comum, sendo, ambas, construídas por

Nexos urdidos por afinidades eletivas e estas determinam que cada presente construa a sua própria história/memória dentro do horizonte de possibilidade que ele é, *não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das suas carências, necessidades e expectativas.*¹⁶

Percebo, tal como Fernando Catroga, mais semelhanças que diferenças entre a memória e a história. Ambas significam o passado através da leitura dos vestígios legados por quem já está ausente; em ambas “o significado das pegadas de quem já passou é inseparável das interrogações que elas colocam a quem vem”.¹⁷ Se é assim, ou seja, se realmente é válida a aproximação entre a memória e a história, podemos, quem sabe, no limite, propor a caracterização da história como um tipo de memória. Por isso dou-me o direito de ressignificar a epígrafe desse artigo. Machado de Assis disse “viva

¹³ Quando da morte do marechal Floriano Peixoto, em 30 de junho de 1895, a cidade do Rio de Janeiro foi tomada por grande comoção popular. Jornais como o *Jornal do Brasil*, *A Tribuna* e *Diário de Notícias* noticiaram as romarias realizadas pelos admiradores do ex-presidente da República. Nos anos seguintes, os aniversários do falecimento de Floriano Peixoto seriam marcados por conflitos militares entre o poder executivo e os jacobinos, que se tornaram a mais radical oposição aos Presidentes civis.

¹⁴ CATROGA. F. *Os passos do homem como restolho do tempo: a memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.

¹⁵ CERTEAU. M. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

¹⁶ CATROGA. F. *Op. cit.*, p. 20. Grifos Meus.

¹⁷ *Ibidem*, p. 8.

pois a história; a volúvel história que para tudo dá”¹⁸ quando dissertava a respeito do perigo inerente às “idéias fixas”; o leitor me permitirá, espero, dizer o mesmo, substituindo “história” por “memória”. Creio que essa reflexão pode ser o ponto de partida que nos habilite a perceber as multiplicidades de memórias, de futuros possíveis para cada passado. Se uma determinada memória é vencedora, é no seu tempo de constituição, o presente, que deve ser buscado o motivo da vitória. O mesmo vale para a derrota; é possível que no futuro essas posições se invertam. Daí a historicidade das formas de re-apresentação do eterno “não-ser”, marca indelével do tempo passado.

Visando a melhor organização dos meus argumentos optei por dividir o texto que se segue em três seções: na primeira minha proposta é pontuar os conflitos políticos que marcaram os primeiros anos da república brasileira para possibilitar a compreensão da monumentalização de Osório em uma conjuntura mais ampla caracterizada pela rivalidade política entre civis e militares. Na segunda parte faço uma breve análise do governo de Floriano Peixoto, dando atenção especial às manifestações discursivas dos jacobinos, sua principal base de apoio político. Na terceira e última parte analiso os rituais cívicos realizados na última semana do governo do marechal, tendo como preocupação específica a compreensão da memória construída com a inauguração do *pantheon* em homenagem a Manoel Luiz Osório.

A República em disputa: os conflitos políticos nos primeiros anos da República brasileira

Nas duas primeiras seções desse artigo eu apresento ao leitor breves notas da história política da República brasileira na década de 1890. Conheço bem a limitação epistemológica desse tipo de contextualização; entretanto, esse exercício faz-se necessário para que não percamos de vista o lugar histórico da monumentalização de Osório. Não é minha intenção apenas inserir esse objeto de investigação em um molde conjuntural pré-fabricado. Desejo, antes disso, tomar o contexto histórico como problema de análise e construir na narrativa a ambiência histórica que possibilitou a inauguração do *pantheon* em homenagem ao marquês de Herval.

¹⁸ ASSIS, J. M. M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 28ª ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 21.

A República foi proclamada no Brasil por conta da atuação política do Exército. O golpe militar republicano foi o desfecho de uma grave crise política que envolveu políticos civis e alguns oficiais do Exército na última década da Monarquia.¹⁹ Os artífices da mobilização que resultou na solução republicana, militares como Benjamin Constant, Sólton Ribeiro e Sebastião Bandeira persuadiram o marechal Deodoro da Fonseca, um dos oficiais do Exército mais influentes do período, a liderar um movimento militar de oposição ao gabinete Ouro Preto. Segundo Wilma Peres Costa o objetivo do velho marechal não era a derrubada da monarquia, mas a troca do ministério; a autora acredita que foi somente após a decisão de d. Pedro II em nomear Silveira Martins, desafeto político de Deodoro, para a presidência do novo gabinete que o marechal optou pela República.²⁰

Começava dessa maneira a primeira ditadura militar da República brasileira, que somente terminaria em novembro de 1894 com o fim do governo do marechal Floriano Peixoto. Esse foi um período extremamente instável; o país viveu sob o governo de oficiais militares que conduziram a política nacional com extremo autoritarismo. Não tardou para que surgissem críticas à atuação política do Exército, e um dos principais inimigos da República militar foi o intelectual paulista Eduardo Prado.²¹

Na primeira manifestação após o golpe os chefes do movimento instituíram o Governo Provisório e asseguraram a manutenção dos direitos adquiridos. Um decreto datado do mesmo dia da proclamação da República instalou o sistema federativo que autorizava os estados a elaborarem suas constituições e elegerem seus governantes. Enquanto isso não acontecesse os governadores seriam nomeados pelo chefe do governo.²² Apesar dessa aparência federalista, o que de fato aconteceu foi a implantação de uma República militar ditatorial que centralizou no poder Executivo a administração política do Brasil. Essa situação gerou conflitos políticos dentro do próprio ministério; de um lado estavam os ministros partidários da ditadura militar, como Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant,²³ e do outro estavam os ministros defensores da

¹⁹ CASTRO, C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

²⁰ COSTA, W. P. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

²¹ PAGANO, S. *Eduardo Prado e sua época*. São Paulo: O Cetro, 1967.

²² MONTEIRO, H. *Brasil República*. São Paulo: Ática, 1986.

²³ Para outra perspectiva da posição adotada por Benjamin Constant em relação ao regime político, ver: LEMOS, Renato. *Benjamin Constant – vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

institucionalização do sistema representativo via constituinte, como Rui Barbosa e Campos Sales.²⁴

O marechal Deodoro da Fonseca governou a República brasileira entre 15 de novembro de 1889 e 23 de novembro de 1891. A principal característica desse período foi a luta pelo controle do aparelho do Estado por parte das forças sociais, incluindo-se o Exército, que não estava imune a clivagens políticas internas, a Marinha e as oligarquias regionais, principalmente do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Era de se esperar que o proclamador da República assumisse o governo do novo regime sendo auxiliado por um ministério formado pelos principais líderes do movimento. Em um primeiro momento a base real do governo era formada quase que exclusivamente por militares. Entretanto, passada a agitação inicial, os grupos sociais se posicionaram claramente em relação ao governo do Marechal Deodoro da Fonseca.

A Assembleia Nacional Constituinte somente seria convocada um ano após o golpe republicano, em novembro de 1890. Até lá o governo manteve-se com base no carisma de Deodoro, da violenta repressão militar²⁵ e da ameaça, real e imaginada, da restauração da monarquia.²⁶ Com a eleição da Constituinte, mais tarde transformada em Congresso Nacional, os membros da oligarquia cafeicultora paulista começaram a atuar mais ativamente na política republicana. Tal fato, somado às divergências entre os próprios militares, tornaram o ambiente político do período extremamente conflituoso.²⁷

As desavenças entre o Executivo e o Legislativo começaram já nos primeiros anos da constituinte. Segundo Hamilton Monteiro,

Não era apenas uma disputa entre Legislativo e Executivo, mas, antes, entre a proeminente oligarquia paulista, que por meio do congresso articulava sua hegemonia, e uma facção militar, chefiada por “tarimbeiros”, que se associava a representativas figuras da antiga burocracia imperial. A jovem e ortodoxa oficialidade que se vai opondo a Deodoro encontra na oposição exercida pelo congresso um importante aliado e, em Floriano, um líder.²⁸

²⁴ CARDOSO, F. H. “Dos governos militares a Prudente-Campos Sales”. In. FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura, Poder e Economia*. 8ª ed. Vol. 8. Tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

²⁵ MONTEIRO, H. *Op. cit.*

²⁶ JANOTI, M. L. M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁷ CARDOSO, F. H. *Op. cit.*

²⁸ MONTEIRO, H. *Op. cit.*, p.27.

Foi claro o desgaste da administração deodorista nessa fase ditatorial; apesar de ameaçada pela repressão e censura, a imprensa manifestava-se diariamente contra os escândalos políticos, fracassos econômicos e a manutenção da ditadura militar. Os principais alvos do ataque da oposição foram a famosa “embaixada de ouro”,²⁹ o favoritismo aos aliados do governo nas concessões de obras públicas e o polêmico programa de recuperação econômica idealizado por Rui Barbosa e que ficou conhecido como Encilhamento. Não é meu interesse detalhar essas questões; se as menciono é para possibilitar ao leitor uma visão, ainda que superficial, do ambiente social, político e econômico dos primeiros anos da República brasileira.³⁰

Com o objetivo de obter a credibilidade internacional, abalada pelos artigos que Eduardo Prado, sob o pseudônimo Frederico de S., publicava na *Revista de Portugal*, editada por Eça de Queiroz,³¹ o governo decidiu legalizar o regime e convocou a Constituinte em novembro de 1890. A nova legislação eleitoral considerou eleitores todos os cidadãos brasileiros, homens, que em pleno gozo de seus direitos civis e políticos soubessem ler e escrever; manteve-se assim a proibição quanto aos analfabetos, existente na legislação desde 1881.³²

Em setembro de 1890 realizou-se a eleição para a Constituinte, que se instalou em 15 de novembro do mesmo ano. Em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira constituição republicana brasileira. O mandato do presidente seria de quatro anos e a eleição, direta, exceto para o caso do primeiro presidente, que seria escolhido pelos membros do congresso nacional. Parte do oficialato do Exército apoiou a candidatura de Deodoro e os parlamentares civis aglutinaram-se ao redor de Prudente de Moraes. Durante o mês de fevereiro de 1891 os dois lados se articularam e duas chapas foram formadas: a primeira apresentou a candidatura de Deodoro da Fonseca para a presidência e do almirante Wandenkolk para vice-presidência, enquanto a segunda tentava a articulação entre as oligarquias e segmentos do militarismo e apresentou Prudente de Moraes como candidato a presidente e o marechal Floriano Peixoto a vice-

²⁹ No início de 1890 o governo republicano chefiado por Deodoro da Fonseca enviou para a Argentina uma missão diplomática chefiada por Quintino Bocaiuva, ministro das Relações Exteriores, destinada a resolver a questão do território de Missões. A comitiva embarcou para a Argentina com grande pompa e a bordo do navio de guerra Riachuelo. A imprensa fluminense criticou prontamente a ostentação da comitiva; as críticas ficaram ainda mais agressivas quando chegou ao Rio de Janeiro notícia de que a missão resultara na assinatura de um tratado que concedia à Argentina a região em litígio.

³⁰ CARDOSO, F. H. *Op. cit.*

³¹ PRADO, E. *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Lisboa: Revista de Portugal, 1889.

³² CARDOSO, F. H. *Op. cit.*

presidente. O resultado da eleição foi a construção de um governo militar chefiado por Deodoro da Fonseca e vice-presidido por Floriano Peixoto. A essa altura Deodoro da Fonseca já era extremamente impopular, tanto entre os parlamentares civis como para grande parte da imprensa.³³

O Parlamento começou seus trabalhos em junho de 1891 e já demonstrava uma forte disposição para a oposição ao governo e, conseqüentemente, para a restrição da ação do presidente da República. Em agosto o Senado aprovou a Lei das Responsabilidades do presidente da República; a Câmara dos Deputados fez o mesmo em setembro. No mês seguinte o Presidente vetou esse projeto e um intenso conflito político foi travado no interior do Legislativo. Diante da pressão, o governista Mata Machado, presidente da Câmara, renunciou e o oposicionista Bernardino de Campos assumiu o cargo. Esse foi um duro golpe para a governabilidade do Executivo e agravou ainda mais o conflito entre este e o Legislativo. Insatisfeito com a oposição, Deodoro determinou a dissolução do Congresso, a demissão do ministério e a convocação do barão de Lucena, político historicamente identificado com a monarquia, para organizar o novo governo. A reação foi imediata; os líderes políticos paulistas, apoiados pelo vice-presidente Floriano Peixoto, reuniram-se secretamente e traçaram as estratégias da resistência. No dia 23 de novembro, a Marinha, fundeada no porto do Rio de Janeiro, juntamente com grande parte da guarnição de terra, iniciou o levante militar. Percebendo a impossibilidade da resistência armada, Deodoro da Fonseca decidiu renunciar ao cargo de presidente da República, começando assim o governo de Floriano Peixoto.³⁴

República militar x a república civil: das espadas às casacas

O desgaste da administração deodorista resultou da pressão oriunda das oligarquias regionais, principalmente a paulista, e da facção militar liderada por Floriano Peixoto, que desconfiava do republicanismo dos oficiais “tarimbeiros”³⁵.

³³ MONTEIRO, H. *Op. cit.*

³⁴ *Ibidem.*

³⁵ Sobre a diferença entre “oficiais tarimbeiros” e “oficiais bacharéis” ver CARVALHO, José Murilo de. *As forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. O autor indica que no final do século XIX existia uma clivagem no oficialato do Exército brasileiro. Dois grupos disputavam posições políticas tanto dentro da instituição militar como no governo republicano, visto que essas duas esferas não

Segundo Hamilton Monteiro a aliança entre as oligarquias e a facção militar dos autênticos, com tradição autoritário-positivista, foi estratégica e motivada pelo interesses dos dois grupos em assumir o controle do poder Executivo.³⁶

O governo de Floriano Peixoto foi extremamente conturbado. A situação não seria nada fácil para o vice-presidente da República. A primeira grande luta de Floriano seria para se manter no poder na medida em que a legitimidade de seu mandato era questionada por alguns grupos, entre os quais estavam os políticos monarquistas adesistas, os “republicanos de última hora”, que exigiam a convocação de novas eleições.³⁷ Fora isso, havia também dois grandes conflitos; desde fevereiro de 1891 o Rio Grande do Sul estava sendo abalado pelo conflito armado entre os federalistas, partidários de Gaspar da Silveira Martins, político monarquista, e os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos e base de apoio político de Floriano no Rio Grande do Sul. O outro conflito foi a Revolta da Armada, iniciada em setembro de 1893 e liderada pelos almirantes Custódio de Melo e Luis Felipe Saldanha da Gama. Segundo Maria de Lourdes de Mônaco Janotti, a Revolta da Armada foi um movimento antirrepublicano e monarquista.³⁸ Não é meu interesse nesse artigo entrar no mérito dessas questões; abordo esses eventos apenas para demonstrar a instabilidade política dos primeiros anos da República brasileira. Minha intenção é situar o leitor no ambiente histórico no qual se desenvolveu a monumentalização de Osório, o objeto deste trabalho.

Diante de tantas dificuldades, Floriano Peixoto empunhou a bandeira da legalidade e organizou a resistência. Os interesses mobilizados pelas circunstâncias políticas lhe renderem ampla base de apoio político, principalmente das grandes oligarquias, em especial a paulista. Foi publicada na edição de 1º de novembro de 1894 do jornal *Diário de Notícias* uma matéria intitulada “Aceitação na Câmara”, que versa sobre o apoio que o poder Legislativo concedeu a Floriano Peixoto visando a consolidação das instituições republicanas. Segundo a referida matéria o projeto de combate às revoltas idealizado pelo governo recebeu, na ocasião, apoio de 120 dos 132 deputados presentes na casa legislativa.

estavam completamente distinguidas. O grupo dos “oficiais tarimbeiros” era formado por militares mais velhos que em sua maioria não tinham formação na Escola Militar e pautavam suas carreiras em feitos militares, cujo maior era a Guerra do Paraguai. Já o grupo dos “oficiais bacharéis” era formado por militares mais jovens que se formaram na Escola Militar e eram versados em conhecimentos teóricos como filosofia e matemática.

³⁶ MONTEIRO, H. *Op. cit.*

³⁷ JANOTI, M. L. M. *Op. cit.*

³⁸ *Ibidem.*

Até hoje nenhum projeto conseguiu na câmara dos deputados tão alta votação em seu favor, testemunhando isso o espírito de ordem e patriotismo de que se acha dominada a representação direta do povo brasileiro. Mesmo os 12 votos contrários à aprovação do parecer da comissão e que significam o modo de ver dos que assim se manifestam com toda a liberdade são uma prova em favor do nosso regime, onde cada qual pode proceder com a maior independência.³⁹

Ou seja, as oligarquias que dominavam o poder legislativo apoiaram Floriano Peixoto na manutenção de seu mandato e na repressão à Revolução Federalista e à Revolta da Armada. Tal apoio teve efeito ambíguo no que se refere ao governo do marechal; se, por um lado, foi central para a manutenção das instituições republicanas, por outro, fez com que Floriano ficasse preso na rede política tecida pelas oligarquias. Tal fato seria central para transição ao governo civil de Prudente de Moraes. O marechal não teve uma sólida base política que o apoiasse em seu projeto de continuar no poder; quando se deu a convenção do Partido Republicano, em 25 de setembro de 1893, que ratificou o nome de Prudente de Moraes para a corrida presidencial, a rebelião da marinha já estava em pleno curso e Floriano Peixoto não poderia rejeitar o apoio da oligarquia paulista.⁴⁰

Antes de encaminhar a reflexão para o fim do mandato de Floriano Peixoto, é importante fazer algumas considerações a respeito da principal base de apoio popular ao seu: os jacobinos. Segundo Suely Robles Reis os clubes jacobinos eram compostos exclusivamente de brasileiros natos sendo geralmente presididos por militares de baixa ou média patente. Suas atividades incluíam reuniões de caráter político onde se decidia a participação em atos públicos, a organização de comícios e homenagens a Floriano Peixoto. Juntamente com os jornais jacobinos, tais associações mantinham vivo o culto a Floriano, promovendo, após a sua morte, ocorrida em junho de 1895, romarias ao seu túmulo.⁴¹ Foi no quadro de uma leitura jacobina da história, centrada na atuação política de Floriano Peixoto, que a monumentalização de Osório foi desenvolvida. É possível analisar o desenvolvimento da retórica jacobina nas páginas dos jornais *O Jacobino*, dirigido por Deocleciano Martir e publicado entre setembro de 1894 e janeiro de 1895, *O Nacional* e *A Bomba*, dirigidos por Aníbal Mascarenhas e publicados, respectivamente, entre agosto de 1894 e março de 1895 e entre setembro de 1894 e

³⁹ *Diário de Notícias*, 1º de novembro de 1894, p. 1.

⁴⁰ CARDOSO, F. H. *Op. cit.*

⁴¹ REIS, Suely Robles. *Op. cit.*

janeiro de 1895, e *O Figaro*, dirigido por Aristides Lobo e publicado entre agosto de 1894 e abril de 1895.⁴² O projeto da monumentalização de Osório e representação de Floriano Peixoto a partir do desenvolvimento dessa memória foi um dos principais investimentos simbólicos da imprensa jacobina na segunda metade do ano de 1894.

Analisando o a retórica jacobina, notadamente castrense, é possível observar a existência de um elemento fundamental do discurso jacobino: o anti-lusitanismo. Era comum os jornais jacobinos publicarem textos estimulando a violência contra os portugueses e dando a essas agressões o status de ações em defesa da República. A identidade jacobina construiu-se em função da alteridade do ser português. O editorial de inauguração de *A Bomba*, assinado por Aníbal Mascarenhas e publicado em 1º de setembro de 1890, nos possibilita perceber a violência que caracterizou as manifestações jacobinas.

Assoprada pela bombarda do patriotismo e aquecida pelo fogo do sagrado entusiasmo cívico, salta hoje *A Bomba* nos campos da publicidade, pronta e estourar, vomitando a sua carga mortífera por entre os bandos negros dessa corvada faminta, que ao clamor das fanfarras de 15 de novembro, se agachou medrosa no pau de suas baixezas, mas que na treva afia as garras carniceiras de abutre para sangrar a pátria e a liberdade. Arma de guerra e de combate. *A Bomba, a fim de obedecer a trajetória severa que a honra e o dever lhe demarcam, saltará por cima de todas as barreiras das conveniências, vencerá todas as trincheiras sociais e irá alcançar os restauradores onde quer que eles se escondam.*⁴³

A citação é extensa, porém importante, porque deixa claros alguns princípios da agenda política jacobina, que por sinal não era nada complexa, consistindo em ataques contra estabelecimentos comerciais de portugueses, manifestações políticas de apoio ao governo do marechal Floriano Peixoto e defesa incondicional do governo militar, considerado por eles o único capaz de garantir a consolidação das instituições republicanas. Existe certo teor messiânico no texto de Aníbal Mascarenhas, que identificou um inimigo e um salvador para a República brasileira.

Todo o discurso jacobino foi fundamentado na possibilidade da restauração monárquica e o português foi identificado como o símbolo da sobrevivência da dinastia dos Bragança no Brasil. Os portugueses foram definidos como pessoas desonestas capazes das artimanhas mais “marotas” para “ganhar vantagens em cima de nós,

⁴² Os exemplares destes jornais estão disponíveis para a consulta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

⁴³ *A Bomba*, 1º de setembro de 1894, p.7. Grifos Meus.

brasileiros”.⁴⁴ Na edição de *O Jacobino* de 19 de setembro de 1894, foi publicada uma matéria intitulada “Aviso contra português”, um texto que se propôs a ensinar os brasileiros a se prevenirem das artimanhas lusitanas. Citava dois tipos de golpes que, segundo o autor da matéria, Deocleciano Martyr, os portugueses aplicavam nas transações comerciais. O autor indicava que “atenção e truculência são as únicas maneiras de lidar com esses marotos.”⁴⁵ A imprensa da época é repleta de notícias de agressões promovidas pelos jacobinos contra os portugueses.

O jornal *O Jacobino* possuía uma coluna fixa, publicada em todas as edições, chamada “Bem Feito!”. A coluna relatava episódios de violência contra portugueses e transformava-os em atos heróicos a favor da nacionalidade e da República brasileira. Na edição do dia 10 de outubro de 1894, a coluna relatou a agressão de um soldado da Guarda Nacional a um português que teria oferecido dinheiro para que o primeiro tomasse e rasgasse os exemplares de *O Jacobino* que estava em posse de um jornaleiro. Como resposta à proposta do português “o patriota soldado encostou com vontade cinco valentes sopapos no maroto. Bem feito! Fogo neles, camaradas.”⁴⁶

O anti-lusitanismo característico das manifestações jacobinas também esteve presente na apropriação que o grupo fez da história do Brasil. Para o jacobinismo militar três eventos possuíam central importância e definiam a identidade nacional brasileira:

A falsa e desprezível independência, feita sob a direção do devasso labrego Pedro I, a campanha do Paraguai que teve em Osório a personificação do ímpeto vendido das nossas armas e o 15 de novembro, o maior dia de nossa existência nacional, o momento em que raiou a liberdade no horizonte da pátria.⁴⁷

Nesse sentido, acredito ser possível afirmar que a prática política jacobina propôs uma interpretação da história política brasileira em que cada um dos três momentos apresentados acima deveria ser lembrado de uma maneira específica; a independência feita por d. Pedro I seria, segundo os jacobinos, uma “suposta festa nacional”, porque

A dita independência do Brasil comemorada no dia de hoje não foi feita por brasileiros, mas sim por um Exército de galegos, sob a direção do devasso Pedro I. Encaramos esta data com o mais solene

⁴⁴ *O Jacobino*, 19 de setembro de 1894, p. 2.

⁴⁵ *O Jacobino*, 19 de setembro de 1894, p. 2.

⁴⁶ *O Jacobino*, 10 de outubro de 1894, p.5.

⁴⁷ *O Jacobino*, 18 de novembro de 1894, p. 3.

desprezo, e lamentamos que ainda permaneça na praça Tiradentes aquela mentira de bronze, que apelidaram de independência ou morte.⁴⁸

Segundo essa interpretação, o “ponto zero” do nascimento do Estado independente do Brasil, não poderia ser o dia 7 de setembro de 1822, na medida em que a ruptura com Portugal havia sido feita por um príncipe português e, por isso, não representou os interesses nacionais. Ou seja, a leitura jacobina propôs a ressignificação do dia 7 de setembro; ao invés da liberdade, a farsa. Seguindo essa lógica, todo o regime político baseado nesse evento, ou seja, a Monarquia, deveria ser considerada a continuação da colonização européia no Brasil. Sendo assim, a liberdade “verdadeira” somente teria sido conquistada por conta da atuação da única instituição que o jacobinismo militar considerava verdadeiramente nacional: o Exército.

Naquilo que se refere à Guerra do Paraguai, como já foi dito, o jacobinismo militar propôs uma leitura peculiar. A apropriação jacobina eclipsou o evento, entendido como a vasta gama de acontecimentos que caracterizou o conflito, em função da ênfase dada à atuação de Manoel Luís Osório. É importante analisar a maneira pela qual essa memória foi mobilizada. Em “O Jacobino” de 7 de novembro de 1894, foi publicada uma reportagem intitulada “A marcha da tríplice aliança”, cujo autor não teve a identidade revelada. O autor relata a cerimônia organizada pelo governo do marechal Floriano Peixoto e destinada a receber os oficiais do Exército uruguaio que vieram ao Brasil homenagear alguns veteranos do Exército brasileiro que lutaram na Guerra do Paraguai. Após a realização da cerimônia, que analisarei com maior cuidado na próxima seção desse artigo, um grupo de comerciantes promoveu um baile, realizado no “estabelecimento de música dos Srs. Vieira e Machado”. A festividade foi marcada pela execução da “Marcha da Tríplice Aliança”, composta por um músico cujo nome também não foi informado. O compositor é acusado de

Não ter aproveitado somente os hinos brasileiros, oriental e argentino. O patife abre a marcha com o hino português. No correr da marcha, vê-se que o autor plagiou tudo quanto pôde, sem apresentar um compasso original sequer. Há dias exibiu-se a marcha no estabelecimento de música dos Srs. Vieira e Machado, à rua dos Ourives, e a imprensa toda foi unânime em reconhecer demérito nesse trabalho de fantasia, um dos piores que temos visto, o que prova que seu autor é uma nulidade como compositor. E a que vem o hino português logo no princípio da marcha? Será a marcha da quádrupla aliança? O autor não saberá que estamos de relações cortadas com

⁴⁸ *O Jacobino*, 7 de setembro de 1894, p.3.

Portugal? E que diabo de quádrupla aliança é essa quando foram Brasil, República Oriental e República Argentina que se aliaram para combater o tirano do Paraguai. Mas isto é uma vergonha! O que dirá a comissão oriental ao ouvir uma marcha que começa pelo hino português? Qual esse compositor deve ser apupado e tratar de outro ofício, porque como músico não passa de barbeiro.⁴⁹

A crítica jacobina ao hino da Tríplice Aliança denota o desejo de definir um regime de rememoração para a Guerra do Paraguai. De acordo com essa definição, o conflito no Rio da Prata não possuiria nenhum tipo de relação com Portugal. Mais especificamente: a dinastia dos Bragança, da qual fazia parte d. Pedro II, deveria ser excluída dessa memória. O dia 15 de novembro completa a tríade central da história nacional proposta pelo jacobinismo. A proclamação da República foi representada como a verdadeira independência do Brasil, o momento no qual a liberdade “finalmente alvoreceu no horizonte da pátria”.⁵⁰ A edição do jornal *A Bomba* de 15 de novembro de 1894 esteve repleta de textos que comemoravam o quinto aniversário da República brasileira; o marechal Floriano Peixoto foi o protagonista dessas comemorações, assim como Osório era o protagonista da leitura jacobina da Guerra do Paraguai. A Guerra do Paraguai estava para a República na mesma razão em que Osório estava para Floriano Peixoto; foi essa a equação jacobina que fundamentou a memória representada na monumentalização de Osório.

Como veremos na próxima seção, a imprensa jacobina pressionou a comissão responsável pela construção do *pantheon* em homenagem a Osório para que a inauguração do monumento fosse realizada ainda no governo de Floriano Peixoto. Ao mesmo tempo os jacobinos exigiam a demolição da estátua de bronze de d. Pedro I, obra do escultor francês Louis Rochet que foi inaugurada em setembro de 1862 e está localizada na Praça Tiradentes, região central da cidade do Rio de Janeiro, até o dia em que escrevo esse artigo. A questão da monumentalização foi central para a prática político/simbólica jacobina. O grupo apropriou-se de algumas idéias da teoria positivista proposta por Augusto Comte.⁵¹ Tratou-se de uma leitura pouco ortodoxa, devido a não consideração da defesa positivista da paz e da solidariedade. A principal apropriação do

⁴⁹ *O Jacobino*, 7 de novembro de 1894, p.4.

⁵⁰ *A Bomba*, 15 de novembro de 1894, p.4.

⁵¹ Sobre as apropriações do positivismo no Brasil ver LINS, Ivan. *A História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1962.

positivismo feita pelo jacobinismo militar foi no tocante ao uso político da arte, principalmente naquilo que se refere aos monumentos históricos.

Os periódicos jacobinos fizeram grande campanha para a demolição do monumento de d. Pedro I.

Falseando os ares com a soez mentirosa da tartufa proclamação, ali se acha ainda o pesado estafermo, com o braço erguido e punhalando o espaço. E os edis tacanhos, para que melhor sobressaísse na vastidão da praça esse padrão nojento do nosso passado opróbrio, desarraigaram arvores utilíssimas, lançaram por terra arbustos pitorescos, destruíram a relva branda e verde, apertaram o jardim que o circundava.⁵²

O ataque jacobino à estátua de d. Pedro I continuou por várias edições de outros periódicos.⁵³ Os jacobinos selecionaram um longo período da história política do Brasil (1822-1889) para relegá-lo ao esquecimento. Por outro lado, o esquecimento voluntário e forçado demanda uma lembrança prévia.⁵⁴ Os jacobinos fizeram questão de lembrar a todos que era preciso esquecer a atuação dos Bragança no Brasil. É interessante a maneira como o grupo tentou produzir esse esquecimento.

Um dos argumentos com que de ordinário, os nossos adversários procuram desviar-nos do pensamento de derrubar aquele estúpido espantalho de bronze que atravanca o Largo do Rocio é que as nações existem, que, embora tenham mudado a sua forma de governo, conservam, no entanto nas praças das cidades as estátuas dos vultos eminentes do regime decaído. E vem logo à baila o exemplo da França, que embora republicana conserva, no entanto, a estátua do antigo rei Henrique IV. Nada mais, nada menos. Querem colocar d. Pedro I na mesma plaina de Henrique IV, devendo por conseguinte os republicanos brasileiros ter os mesmos procedimentos dos republicanos franceses.⁵⁵

Ou seja, o jacobinismo poderia até considerar a possibilidade de aceitar a rememoração do regime derrubado em 15 de novembro, porém o moralismo jacobino considerava o primeiro imperador indigno da lembrança nacional, diferentemente do rei francês Henrique IV, considerado um “chefe de Estado exemplar”. O jacobinismo brasileiro considerou a República como uma fase superior na evolução política da humanidade – mais uma relação com o positivismo de Comte – sendo as fases

⁵² *O Nacional*. 7 de setembro de 1894, p.4.

⁵³ Em *A Bomba* de 15 de setembro de 1894, foi publicada uma coluna intitulada “Ainda a estátua”, onde o autor, cujo nome não foi informado, defende a demolição da estátua de dom Pedro I, alegando a “imoralidade dessa memória” para as futuras gerações brasileiras.

⁵⁴ BERGSON. H. *Memória e Vida*. 26ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁵⁵ *O Figaro*, 23 de setembro de 1894, p.3.

anteriores a ela dignas de lembrança. Entretanto, a Monarquia brasileira, acusada de “vilipendiar o Exército” e “reprimir a gênese da nacionalidade pura” não era digna de rememoração. Por isso o empenho dos jacobinos em demolir a estátua de d. Pedro I.

O interesse era apagar o legado monárquico da memória nacional. Para isso foi preciso que a coluna publicada no jornal *O Figaro* em 23 de setembro de 1894 lembrasse eventos da biografia de dom Pedro I, comparando-os com a biografia de Eduardo IV e visando a deslegitimação da atuação do primeiro. O discurso jacobino precisou lembrar-se de um aspecto do passado – no caso dom Pedro I – para justificar a proposta de esquecimento desse mesmo objeto. A memória e o esquecimento, antes de manterem relações antagônicas e serem as faces opostas de uma mesma moeda, são ingredientes complementares de qualquer tipo evocação do passado. Ao mesmo tempo em que todo tipo rememoração é uma espécie de antídoto contra o esquecimento, este por sua vez, supõe a necessidade de lembrar aquilo que é preciso esquecer. Se o dever da memória é não esquecer e toda busca do passado se encaixa nessa tarefa, torna-se impossível falar do esquecimento sem ressaltar a necessidade da lembrança do esquecimento.⁵⁶

É nessa tensão complementar entre lembrança e esquecimento que deve ser pensado o regime de memória proposto pela prática simbólica jacobina. O interesse do grupo foi derrubar o monumento erguido em homenagem a dom Pedro I, e dessa maneira apagá-lo da memória nacional, e edificar um monumento em homenagem a Osório para evidenciá-lo na mesma memória. Para isso, foi preciso lembrar fortemente que dom Pedro I existiu para que fosse possível justificar seu esquecimento e recordar a imagem de Osório para evitar que ela fosse esquecida. A rememoração foi necessária tanto para produzir como para evitar o esquecimento.

Em 1º de março foram realizadas as eleições presidenciais destinadas a definir o sucessor de Floriano Peixoto. O resultado confirmou o controle da máquina eleitoral pela oligarquia paulista e Prudente de Moraes e Manoel Vitorino foram eleitos presidente e vice-presidente da República. Aproximava-se o momento da transferência do poder para os civis. Entretanto, os militares não voltariam à caserna de forma tranqüila; os meses que antecederam à posse de Prudente de Moraes foram tensos, em

⁵⁶ RICOEUR, Paul. *Op. cit.*

meio a boatos de que Floriano Peixoto lideraria um golpe militar para permanecer no poder. Isso não aconteceu, não havia condições políticas para uma intervenção dessa natureza. Na próxima seção eu analiso com mais cuidado a semana de festividades que marcou o fim do governo de Floriano Peixoto e a posse de Prudente de Moraes.

Derrota Política e Investimento Simbólico: os rituais cívicos que marcaram o fim do governo de Floriano Peixoto

Prudente de Moraes chegou ao Rio de Janeiro para tomar posse da principal magistratura da República na manhã do dia 3 de novembro de 1894. O presidente eleito estava acompanhado da sua família e de uma pequena comitiva, sendo recebido por um grupo de populares. Uma ausência foi especialmente sentida nessa ocasião; Floriano Peixoto quebrou o decoro e não foi recepcionar o seu sucessor na Estação Central da Estrada de Ferro Central do Brasil. Alegando estar indisposto o marechal enviou o seu ajudante de ordens, o capitão-tenente Saddock de Sá. A partir de então as indisposições de Floriano Peixoto seriam frequentes nas ocasiões em que ele deveria cortejar Prudente de Moraes a fim de promover os rituais político-simbólicos da sucessão presidencial.⁵⁷ A essa altura dos acontecimentos a imprensa fluminense já havia divulgado o roteiro das comemorações planejado pela cúpula do governo Peixoto e destinado a “celebrar” a posse de Prudente de Moraes e o quinto aniversário da República.

O interessante é que todas as cerimônias realizadas estavam diretamente relacionadas com rituais militares e, em alguma medida, com a memória da Guerra do Paraguai. Dissertei em outro lugar acerca da importância da memória da Guerra do Paraguai para a construção de uma identidade militar dentro do Exército nas duas últimas décadas do século XIX.⁵⁸ Como já disse anteriormente, meu interesse nesse artigo é analisar a “re-presentação” do passado construída a partir da monumentalização de Osório. Antes disso, mencionarei rapidamente o roteiro completo das comemorações que marcaram os últimos dias do mandato de Floriano Peixoto.

No dia 4 de novembro foi realizado um baile no saguão do Hotel dos Estrangeiros, localizado no bairro da Glória, onde estava hospedada a comitiva de

⁵⁷ *Diário de Notícias*, 4 de novembro de 1894.

⁵⁸ OLIVEIRA, Rodrigo Perez. “A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888)”, *Revista Ars História*. Ano 1, n° 2, 2010.

Prudente de Moraes. Mais uma vez Floriano Peixoto não brindou o sucessor com sua presença; mais uma vez a desculpa foi a famigerada indisposição. Nessa ocasião o Marechal não enviou sequer um representante. Um repórter do *Diário de Notícias* foi deslocado para cobrir o evento e relatou:

A cerimônia foi marcada pelo mais requintado luxo. Estava presente a fina flor da sociedade carioca; empresários, escritores, a melhor gente que o Rio de Janeiro pode oferecer. O vinho e a comida eram de primeira qualidade. Os convivas começaram a chegar ao local às 8 horas da noite, conforme o tempo passava aumentava o constrangimento. Alguns ainda esperavam a presença de Floriano Peixoto, outros tinham certeza de que ele não se faria presente. Quando o relógio marcava 9 horas e trinta minutos chegou na porta do hotel um amanuense do Ministério de Obras Públicas que trazia um bilhete assinado por Floriano que pedia desculpas e culpava um enigmático mal-estar pela sua ausência. A música continuou a tocar e as pessoas a bailar até às 11 horas da noite.⁵⁹

As cerimônias militares começaram no dia 6 de novembro, quando chegou ao Rio de Janeiro uma comissão composta por oficiais do Exército uruguaio que traziam medalhas comemorativas feitas pelo governo daquele país para homenagear os veteranos brasileiros da Guerra do Paraguai.⁶⁰ No dia 9, Floriano, em perfeito estado de saúde, recepcionou os militares uruguaio no salão principal do Ministério da Guerra. Devo lembrar o detalhe, nada irrelevante, da ausência de Prudente de Moraes. Não sei dizer se o presidente eleito não compareceu a essa cerimônia por conta de uma indisposição similar àquela de Floriano Peixoto, pelo fato de não ter sido convidado, por aversão a rituais militares ou por tudo isso junto.

A cerimônia de entrega das medalhas foi feita no dia 10 de novembro através de uma pomposa parada militar realizada no Paço de São Cristóvão. Desfilaram o Exército e a Guarda Nacional para a apreciação de uma multidão de populares, do presidente da República, o marechal Floriano Peixoto, a essa altura quase ex, e do presidente e do vice-presidente eleitos, agora sim presentes. Dois dias depois, aconteceu a inauguração do monumento em homenagem a Osório. Nos três dias seguintes a essa data foram realizadas algumas celebrações militares, em homenagem a Floriano, e a posse de Prudente de Moraes no dia 15 de novembro. Curiosamente a indisposição crônica do marechal Floriano Peixoto manifestou-se novamente e ele não compareceu à cerimônia

⁵⁹ *Diário de Notícias*, 5 de novembro de 1894, p. 1.

⁶⁰ *O Paiz*, 4 de novembro de 1894.

pública que pôs fim ao seu governo e deu início ao mandato de seu sucessor. Às três horas da tarde, quando ainda estava sendo realizada a cerimônia de posse na mesma praça XV de Novembro onde três dias antes havia sido inaugurado o *pantheon* de Osório, uma comitiva chefiada por Miranda, Horta, Fernando Borges, tenente-coronel Aristides Vilas-Boas, Raul Pompéia, Aníbal Mascarenhas e composta pela banda de música do 6º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, foi tomar os bondes especiais no Largo São Francisco de Paula, onde já se achava a oficialidade do batalhão Tiradentes e a Brigada Policial do Rio de Janeiro. Todos seguiram para o bairro de São Cristóvão, mais precisamente para a residência de Floriano Peixoto para lhe entregar uma “espada de honra” como reconhecimento aos serviços prestados à causa da consolidação da República brasileira.⁶¹ Tratava-se de uma espada de prata cuja bainha, toda formada de ouro, era marcada pelas seguintes palavras:

Assumi a presidência da República a 23/11/91. Combate naval de Santa Catarina a 16-4-94. Entrega da presidência da República ao Dr. Prudente de Moraes a 15-11-94. Entrada da esquadra legal no Rio de Janeiro e terminação da revolta na Bahia de Guanabara a 13-3-94.⁶²

Na outra face da bainha encontrava-se desenhado um dragão de ouro, no punho da espada estavam desenhadas 21 estrelas, cada qual representando um estado da federação. Junto com a espada a comissão entregou um cinturão com a seguinte inscrição: “Ao benemérito Marechal Floriano Vieira Peixoto, consolidador da República brasileira, como prova de perpétua gratidão oferece o povo por iniciativa de José Joaquim de Miranda e Horta. 15 de novembro de 1894”.⁶³

Durante o trajeto rumo à residência de Floriano Peixoto a comitiva “levantou entusiásticos vivas ao messias da República brasileira”.⁶⁴ O marechal recebeu a massa de admiradores e tomou parte dos festejos, que duraram até às 11 horas da noite. Na cerimônia oraram Raul Pompéia, Anibal Mascarenhas e o tenente-coronel Aristides Villas-Boas. Após as homenagens feitas Floriano Peixoto tomou a palavra:

Agradeço-vos profundamente penhorado a manifestação de apreço que me fazeis. Desvanece-me a pureza de vossas intenções e sinto-me tanto mais obrigado quanto escolhestes, para trazer-me as vossas saudações, o dia de hoje, em que me exonero do honrado encargo que me confiou a presidência da República, que estou certo de haver defendido com todas as energias de minha alma e dedicação afetuosa

⁶¹ *O Paiz*, 16 de novembro de 1894.

⁶² *O Paiz*, 16 de novembro de 1894, p.4.

⁶³ *O Paiz*. 16 de novembro de 1894, p. 4.

⁶⁴ *O Paiz*, 16 de novembro de 1894, p. 4.

do coração. *Posso garantir: a idéia fixa e preocupação de meu governo foi firmar nos mais largos alicerces, fossem quais fossem os sacrifícios, a obra de 15 de novembro e salvar a República da ruína e do descrédito. Temo pelo futuro de nossa amada República.*⁶⁵

De acordo com a reportagem de *O Paiz*, o Marechal Floriano Peixoto participou da cerimônia de entrega da “Espada de Honra” e apresentou na ocasião boa disposição e perfeito estado de saúde. Interpreto a recusa de Floriano Peixoto a participar dos rituais cívicos que tinham em Prudente de Morais o centro da encenação simbólica como um indício da insatisfação do marechal, e do grupo dos jacobinos, em entregar o governo da República aos civis. É importante perceber que a atuação de Floriano Peixoto não se resumiu apenas a ausentar-se dos eventos destinados a celebrar a posse do novo presidente; sempre que possível a cúpula do governo militar organizou rituais alternativos e rivais aos realizados pelos políticos civis, marcados pela teatralização militar. Se Prudente de Morais promoveu um baile no saguão do hotel em que estava hospedado, Floriano Peixoto comandou a cerimônia militar na qual os oficiais do Exército uruguaio homenagearam os veteranos do Exército brasileiro que lutaram na Guerra do Paraguai. Enquanto Prudente de Morais era empossado no cargo pelo Congresso Nacional, Floriano Peixoto era homenageado em uma parada militar realizada a poucos quilômetros da região central da capital da República.

Dedico-me agora à análise da memória construída com a construção do mausoléu em homenagem a Manoel Luís Osório. O projeto de construir um *pantheon* em homenagem ao marquês de Herval datava do ano de 1887, quando a comissão presidida por Conrado Grafe e formada por Eduardo P. Guinle, Faustina Vianna e Manoel Vicente Lisboa arrecadou 70 contos de réis para a sua inauguração. Como a quantia não era suficiente para pagar o orçamento do monumento, a comissão colocou o dinheiro em um banco a fim de que os 100 contos de réis necessários para a concretização de tal objetivo.

Somente em 1889 a comissão contratou definitivamente os serviços de Rodolfo Bernadelli, um dos mais famosos artistas plásticos da época, que tinha acabado havia pouco tempo o trabalho no túmulo de José Bonifácio (1763-1838). Visando a aquisição do material o artista partiu para a Europa onde permaneceu até 1891, quando retornou

⁶⁵ *O Paiz*, 16 de novembro de 1894, p.5. Grifos Meus.

para o Brasil e deu início à construção do monumento.⁶⁶ Em fins de 1892 Bernadelli enviou o molde da estátua para ser fundido na Europa com o bronze derretido de canhões brasileiros utilizados na Guerra do Paraguai. O trabalho foi finalizado em março de 1894 e a partir disso começou o conflito entre o governo de Floriano Peixoto, que desejava a inauguração imediata do monumento, e a comissão responsável para a construção do *pantheon*, que relutava a fazê-lo no governo do marechal.

A edição do jornal *A Bomba*, periódico jacobino que era uma das principais bases de apoio político de Floriano Peixoto, publicou em 12 de setembro de 1894 a seguinte nota.

A redação de *A Bomba* tem muito empenho em saber por que razão não se dá andamento à ereção da estátua do legendário general Osório. A Comissão tem obrigação de dar uma satisfação ao público, mesmo porque circulam boatos que um tal senhor Grafe tem firme propósito de não inaugurar enquanto o marechal Floriano estiver no poder, não sabemos por que motivos. O povo tem o direito de saber o quão parecido com o grande Osório é o ,marechal Floriano.⁶⁷

O que parece estar presente nas entrelinhas desse é o conflito político ao redor da figura de Floriano Peixoto. É possível que Conrado Grafe, o presidente da comissão responsável pela edificação do monumento em questão, tenha dificultado a inauguração da estátua por ter percebido a utilização simbólica que o governo de Floriano Peixoto faria, e fez, dela. Ou seja, o empecilho para a inauguração não era Osório, há muito morto, mas sim a apropriação feita pelo “vivíssimo” Floriano Peixoto. O protesto é um indício da importância da memória da biografia de Osório para a prática político/simbólica jacobina.

É possível observar nas correspondências trocadas entre Bernadelli e Conrado Grafe o conflito entre a comissão e o governo do “Marechal de ferro”. Infelizmente, não foi possível localizar as cartas escritas por Bernadelli. No arquivo pessoal do artista consta apenas parte das cartas escritas por Graffe, que dizia:

Estamos sofrendo pressões de gente mui poderosa para que a estátua seja inaugurada até novembro. Quando organizamos a subscrição queríamos apenas louvar o maior dos guerreiros que já defenderam nossa pátria (...) Os agentes da ditadura insistem que a estátua deve estar pronta já no próximo mês.⁶⁸

⁶⁶ *O Paiz*, 11 de novembro de 1894.

⁶⁷ *A Bomba*, 12 de setembro de 1894, p.3.

⁶⁸ Acervo do MNBA. Arquivo pessoal Rodolpho Bernadelli, Pasta nº 4, doc. 33.

Apesar de não estar datada, suponho que essa carta foi enviada para Bernadelli em algum momento de fevereiro ou março de 1894, quando as pressões políticas pela inauguração do *pantheon* parecem ter ficado mais evidentes. Em outra ocasião, em algum momento prontamente posterior ao término da Revolta da Armada, o mesmo Conrado Graffe escreveu:

Peço a V. Exa que conclua prontamente os reparos na estátua do general. Os emissários do governo nos acusam de estar adiando por interesses políticos a realização da cerimônia de inauguração [ilegível]. Recebemos algumas visitas de amigos do marechal que nos informaram do desejo do presidente em que a estátua seja afixada na praça XV o mais rápido possível.⁶⁹

Na ocasião da Revolta da Armada a estátua de Osório, que segundo os escritos de Bernadelli, “estava pronta e exposta ao sol” em seu ateliê, foi atingida por uma bala de canhão que danificou o monumento na altura da coxa do general. Tal imprevisto adiou a inauguração do monumento, que, como já vimos, foi o principal evento da semana de festividades destinada a encerrar o fim do governo de Floriano Peixoto.

O desfecho dessa história já é por nós conhecido: a comissão cedeu às pressões do governo militar e autorizou a inauguração do *pantheon*. Infelizmente a documentação é bastante lacunar naquilo que se refere às discussões entre a comissão e os emissários do governo. Só consegui mapear no arquivo pessoal de Rodolfo Bernadelli algumas cartas escritas por Conrado Graffe em que o presidente da comissão faz menções ao interesse do governo na pronta inauguração do monumento. Referências similares podem ser encontradas também na imprensa jacobina.

Perguntado em 12 de novembro a respeito do significado simbólico do *pantheon* de Osório para a nação brasileira o general Francisco Argolo, quartel-mestre do Exército durante o governo de Floriano Peixoto, disse o seguinte:

Osório, esse homem de grande marcha hebraica, sempre que evoca aparece-me num quadro semelhante, à frente dos regimentos, a espada estendida sobre o fumo das batalhas, denso e negro como as vagas do mar da travessia. Diante do pânico, de guerreiros mortos espalhados por todos os lados, lá estava Osório, impassível diante da dor. Com seu peito indestrutível aberto e disposto a salvar a honra nacional. É justa a celebração e a eternização desse grande soldado nos bronzes da guerra da Tríplice Aliança pois foi lá que o seu gênio se ergueu para salvar a pátria. *Osório é herói, brasileiro e soldado; não há momento*

⁶⁹ *Ibidem*.

*mais propício para a sua imortalização do que o atual, quando um soldado igualmente bravo entrega prematuramente o governo da República aos bacharéis.*⁷⁰

No momento da cerimônia ficou clara a apropriação da biografia de Osório feita por Floriano Peixoto. O carro trazendo o presidente da República chegou ao local dos festejos às 13 horas e foi recebido com fogos de artifícios, salva de tiros e execução de hinos militares. Prudente de Moraes estava na praça XV, e segundo uma matéria divulgada n’*O Paiz* do dia 13, em um “modesto camarote”; o Presidente eleito fora rebaixado à condição de coadjuvante no ritual cívico que deveria compor a semana de comemorações destinada a celebrar o começo do seu mandato.

O momento mais emotivo da cerimônia aconteceu quando Floriano Peixoto depositou os restos mortais de Osório na cripta que servia de base à estátua de bronze construída por Rodolfo Bernadelli. Estava feito: o herói do presente sacralizou o herói do passado. A política simbólica do governo de Floriano Peixoto conduziu o projeto memorialístico que edificou o *pantheon* de Osório; ao mobilizar essa memória o “Marechal de Ferro” “re-presentou” o passado, no caso a biografia de Osório, em função de sua própria imagem desejando que uma linha de continuidade fosse traçada entre a atuação político-militar dos dois protagonistas desse ato rememorativo.

Conclusão:

Meu objetivo nesse artigo foi analisar uma dada construção simbólica que teve seu lugar histórico nos primeiros anos da República brasileira, no momento em que as novas instituições ainda eram frágeis e os grupos sociais disputavam a hegemonia política e o perfil simbólico do novo regime. Segundo José Murilo de Carvalho, os primeiros anos da República foram marcados pela tentativa de promover o “extravasamento” da cultura política republicana para os grupos sociais não letrados.⁷¹ Carvalho acredita que tal objetivo somente poderia ser concretizado através dos rituais simbólicos realizados nas cerimônias cívicas, porque esse tipo de manifestação possui certa dimensão teatral que facilita a leitura do povo brasileiro, “imerso na época em um oceano do analfabetismo”.⁷² É nessa conjuntura que penso a inauguração do monumento em homenagem a Manoel Luís Osório, ou seja, como uma estratégia

⁷⁰ *O Paiz*, 12 de novembro de 1894, p.4. Grifos Meus.

⁷¹ CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas*. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷² *Ibidem*, p. 10.

político/simbólica pensada em função do objetivo de sensibilizar o olhar das camadas populares do Rio de Janeiro para uma determinada visão do passado.

Quando o Exército perdeu o controle da República proclamada por um golpe militar e os soldados voltavam insatisfeitos à caserna, a cúpula militar que controlava o poder Executivo organizou uma série de cerimônias destinadas a marcar o lugar do Exército na consolidação das instituições republicanas. Na retórica jacobina, esse lugar não poderia ser outro que não a posição de messias, de salvador da República e da nacionalidade brasileira. Tais virtudes cívicas e militares foram atribuídas aos dois personagens que na memória jacobina eram a personificação do patriotismo militar: Osório, o principal herói da Guerra de Paraguai, e Floriano Peixoto, o principal herói republicano.

A principal marca da minha reflexão nesse artigo foi o cuidado de analisar a historicidade de uma operação de evocação do passado. Somente é possível atribuir significação ao passado com os pés fincados em um presente e, por isso, o estudo de uma determinada representação da experiência pretérita tem como condição básica de possibilidade o estudo acerca do espaço de experiência que a constituiu. Acredito que é essa a contribuição que esse trabalho dá aos estudos sobre a historiografia brasileira interessada em assuntos militares.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

A Bomba, novembro de 1894.

Diário de Notícias, novembro de 1894.

O Fígaro, novembro de 1894.

O Jacobino, novembro de 1894.

O Nacional, novembro de 1894.

O Paiz, novembro de 1894.

Fontes Secundárias

- ASSIS. J. M. M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 28ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
- BERGSON. H. *Memória e Vida*. 26ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOURDIEU. P. *O poder Simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CARDOSO, F. H. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura, Poder e Economia*. 8ª ed. Vol. 8. Tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, pp. 17-57.
- CARVALHO. J. M. *A Formação das Almas*. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO. J. M. *As forças armadas e política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem. Introdução de uma filosofia da cultura humana*. 13ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CASTRO. C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CATROGA. F. *A Memória, a História e a Historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001.
- CATROGA. F. *Os passos do homem como restolho do tempo: a memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERTEAU. M. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- COSTA. W. P. *A Espada de Dâmoles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DORATIOTO, F. *General Osório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FREIRE, G. *Sobrados e Mocambos*. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- JANOTI. M. L. M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LINS. I. *A História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1962.
- MONTEIRO, H. *Brasil República*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. “A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro: o projeto de construção de uma memória oficial (1882-1888)”, *Revista Ars História*. Ano 1, nº 2, 2010.
- PAGANO. S. *Eduardo Prado e sua época*. São Paulo: O Cetro, 1967.
- PRADO. E. *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Lisboa: Revista de Portugal, 1889.
- REIS. S. R. *Os radicais da República*. Brasília: Brasiliense, 1986.
- RICOEUR. P. *A memória, a história e o esquecimento*. 8ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.